

TRAÇOS-DE-UNIÃO DAS METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS¹

Edgard Porto
Edmilson Carvalho

RESUMO: O trabalho tem o objetivo de tentar reconhecer os reflexos comuns da “globalização” sobre as metrópoles iberoamericanas, escolhidas em função dos trabalhos de pesquisa realizados na Rede Iberoamericana de Investigadores. Inicialmente, procurou-se mostrar que dois aspectos, casados, tiveram importância fundamental sobre a formação e a atual reformulação das suas cidades e metrópoles: o desenvolvimento tardio e a atual crise *sistêmica e estrutural* da economia capitalista mundial. Compreendendo que a nova dinâmica econômica, regida pela desregulamentação e a flexibilização da relação salarial e a intensificação da segmentação do mercado de trabalho tem como consequência a tendência de polarização social, o trabalho identifica que a fragmentação sócio-territorial constitui um dos traços-comuns das metrópoles estudadas. À fragmentação sócio-territorial metropolitana, também corresponde uma fragmentação da gestão local e uma concentração do controle de grande parcela da economia mundial. Fazendo um corte transversal às questões comuns encontradas, buscou-se, como conclusão, a fixação de conceitos capazes de definir uma metrópole-tipo, geral, embora não se possa afirmar que tais conceitos sejam capazes de explicar o porte e a intensidade em que isso venha ocorrer em cada uma delas. Disso resultam metrópoles desagregadas socialmente, concentradas economicamente e fragmentadas espacialmente.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento urbano, metropolização, economia urbana, economia regional e desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é reconhecer os reflexos comuns da “globalização” sobre as metrópoles iberoamericanas, considerando suas condições sócio-econômicas equivalentes, ou seja, a inserção dessas metrópoles na economia internacional, suas condições sociais, sua morfologia urbana, a espacialidade das suas atividades e a gestão do seu território.

¹ Trabalho apresentado no Seminário da *Rede Iberoamericana de Investigadores – RII*, Camaguey, Cuba, novembro de 2002.

As análises comparativas serão qualitativas, em função da impossibilidade de unificação de metodologias distintas para as informações das metrópoles de vários países. Entretanto, terão um lastro teórico claro e explícito, no qual estão definidos todos os conceitos que deverão dar suporte às análises comparativas.²

Inicialmente, procurou-se mostrar que a formação do “*desemprego estrutural*” e o sucateamento da economia dos países latino-americanos, agravados pela “globalização”, incidiram diretamente sobre a formação e a atual reformulação das suas cidades e metrópoles. Dois aspectos, casados, tiveram importância fundamental: o desenvolvimento tardio e a atual crise *sistêmica e estrutural* da economia capitalista mundial. O fato de terem se desenvolvido no século XX, sem terem passado por uma acumulação primitiva, por um comércio que servisse de pata-mã à arrancada do capital, por uma reserva de força de trabalho qualificada e que servisse de mercado interno apresentando, desde o início, uma concentração da renda brutal, proporcionou-lhes apenas uma industrialização secundária. A partir dos anos 50, enormes grupos monopolistas se implantaram nesses países, com uma imensa capacidade de sucção, criando os pressupostos para que as crises (de superprodução e, conseqüentemente, financeira), fossem mais profundas e avassaladoras.

Estes pressupostos trouxeram efeitos macroeconômicos importantes, como uma dívida pública enorme e recorrente, arrecadação insuficiente, etc. Os efeitos deste modo de industrialização (tardia e crítica) sobre as cidades e metrópoles, em si e com a “globalização”, são evidentes e devem ser assinalados: incapacidade de abrigar com emprego e condições de moradia milhares de trabalhadores, que incham as cidades e isolam os que ficaram dentro do circuito estreito da industrialização tardia. Ou seja, são estas as questões básicas que dão forma às cidades e metrópoles desses países. Do outro lado, o estágio mais re-

² A escolha das metrópoles ocorreu a partir dos trabalhos apresentados nos últimos seminários da Rede Iberoamericana de Investigadores - Toluca (México), em 1999 e Rosario (Argentina), em 2001 - que trataram de temas compatíveis com o objeto deste trabalho comparativo.

cente da economia gerou processos intensos de concentração de capitais que alcançaram uma escala mundial e que se traduziram em métodos administrativos e em equipamentos de comercialização de porte, características e qualidades diferenciadas das anteriores, mas com uma grande capacidade de alterar a estrutura das cidades e das metrópoles, especialmente as latino-americanas.

Após identificar as alterações recentes na configuração física e sócio-econômico-espacial por componentes específicos da constituição das atividades socioeconômicas, apresentadas pelas pesquisas realizadas nas distintas metrópoles latino-americanas, busca-se, neste trabalho, agregar os traços comuns da sua recente reestruturação. Isso resultou na definição de um conceito comum às metrópoles que, a rigor, serve para caracterizá-las de forma explícita, possibilitando concluir pelo grau de alteração fundamental entre o que sempre existiu e o que segue existindo.

Os motivos são diferenciados e casados para cada classe de efeitos encontrados. Uma parte encontra maior explicação na formação específica dessas metrópoles e a outra deve uma importância fundamental aos efeitos marcantes da nova fase da economia mundial, da “globalização”.

Este é entendido como o estágio mais avançado da mundialização da produção e da circulação capitalista, que constitui uma etapa que é, ao mesmo tempo, continuidade e ruptura (sob alguns aspectos) da fase anterior.

COMPARAÇÃO ENTRE METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS: notas e procedimentos adotados

As metrópoles foram selecionadas em função da existência de pesquisas que abordassem mais de um dos efeitos da globalização, nomeadamente a estrutura das atividades comerciais e de serviços; as áreas habitacionais; as redes de infra-estrutura, os equipamentos de porte

mundial e regional; e o conjunto da espacialidade do desenvolvimento metropolitano. Assim, utilizou-se os trabalhos realizados para: a Cidade do México e Toluca, no México; Caracas, na Venezuela; Santiago do Chile; La Plata, Rosario e Buenos Aires, na Argentina e São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, no Brasil.

A produção dos trabalhos dos pesquisadores sobre as metrópoles latino-americanas, utilizada como fonte de estudo neste trabalho comparativo, não necessariamente se encontrava unificada em torno de métodos e procedimentos estatísticos adequados para os objetivos deste trabalho, e nem poderia estar. Isso exigiu cuidados especiais na identificação dos traços comuns de reestruturação das metrópoles estudadas, para não extrapolar os limites de segurança da metodologia científica.

Inicialmente, o esforço maior foi o de buscar compreender os aspectos mais abrangentes nos quais, teoricamente, pudessem estar contidas as explicações para o ambiente que envolve o conjunto das metrópoles dos países latino-americanos. Procurou-se encontrar as relações entre a realidade atual das metrópoles com a sua formação histórica e com o atual estágio da economia mundial, desprezando-se as situações específicas que pudessem representar exceções ou que corressem o risco de refletir aspectos metodológicos que tornassem imprecisas as comparações.

A consistência metodológica deste estudo comparativo encontra-se no lastro teórico claro e explícito, onde estão definidos todos os conceitos que deverão dar suporte às análises qualitativas. Entretanto, trata-se apenas de uma tentativa inicial da identificação de alguns traços comuns, que carecem de novos e detalhados trabalhos de pesquisa para se conhecer como as especificidades podem estar ocorrendo com intensidades diferenciadas em metrópoles de níveis hierárquicos e de funções distintas, na América Latina.

TRAÇOS COMUNS DA FORMAÇÃO DAS METRÓPOLES

Traços gerais e fundamentais

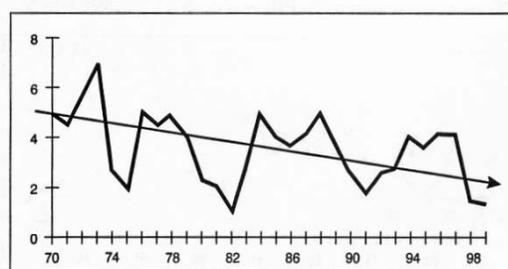
Em seu livro *A Crise do Capital*, Mandel (1990) aponta, desde que se formou o mercado mundial, em 1825, até os anos 70 do século XX, 20 crises, sendo 19 delas crises cíclicas parciais (atingindo um ou apenas alguns países de uma só vez) e uma, a de 1974/75, uma *crise sistêmica*, uma crise *sincronizada* à escala mundial. As 19 crises *cíclicas* mencionadas por Mandel são as dos anos de 1825, 1836, 1847, 1857, 1866, 1873, 1882, 1891, 1900, 1907, 1913, 1921, 1929, 1937, 1949, 1953, 1958, 1961 e 1970. A crise *sincronizada* à escala mundial, ou seja, aquela que atingiu praticamente o mundo todo, é a que tem início nos anos que vão de 1974 a 1975 - que na verdade perdura até hoje, a qual, na análise de Mészáros (2002), tornou-se uma *crise estrutural*.

No seriado das crises cíclicas apontadas por Mandel (1990), pode-se observar que os espaçamentos entre os anos de detonação de cada crise e o ano de detonação da crise seguinte, descontando-se as exceções de 1937-1949 (12 anos) e de quatro crises com espaçamentos de 9 anos, tem a tendência geral de encurtamento de intervalos entre as crises que se sucederam. Os maiores intervalos foram de 11 anos duas vezes, no início, e 12 anos entre a crise iniciada em 1937 e a de 1949. Quanto mais nos aproximamos dos tempos atuais, a tendência geral é, a um só tempo, a de que as crises se disponham à universalidade e mantenham intervalos de menor duração entre si, culminando com intervalos de 5, 4 e 3 anos. Se tomarmos a situação de 1974/75 até os dias de hoje como uma só e longa crise de superprodução, à qual se uniu uma também longa e profunda crise financeira, ou seja, como propõe Mészáros (2002), uma *crise estrutural*, notaremos claramente que o intervalo da crise de 1974/75 até a seguinte não foi concluído simplesmente porque o conjunto da produção capitalista mundial não foi capaz de retomar a elevação da taxa média de lucro e nem de absorver a grande margem de capacidade ociosa. Fica então evidente que, no bojo de uma mesma e prolongada crise estrutural da economia capitalista em seu conjunto, houve apenas as baixas recessivas internas de 1974/75,

1976/1982, 1984/1986, 1988/1990 e de 1997 até hoje, com mini-intervalos de 1, 2, 2 e 7 anos, acompanhadas de mini-picos também de apenas 1, 2, 2 e 7 anos de duração. Novamente, com exceção do pico de 1990/97, os demais *booms* parciais foram aproximadamente de 1 e 2 anos. Isso demonstra claramente que à dita *globalização* segue uma grande crise básica de superprodução, que já dura mais de 30 anos, permeada de recessões e picos internos de curtíssimos prazos.

A Figura 1, que ainda não inclui os anos de 2001 a 2002, já nos revela uma tendência de queda do PIB mundial de 30 anos. Em torno desta tendência, existem movimentos recessivos e de picos, para baixo e para cima da linha que exatamente indica a tendência de queda geral na produção.

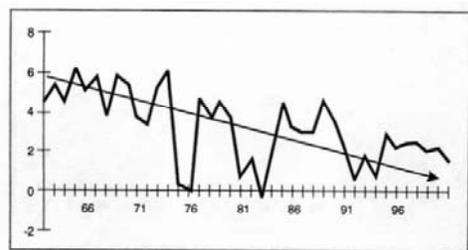
FIGURA 1 – Queda da taxa de crescimento
Tendência a longo prazo, 1970-99
Variação anual real do Produto Mundial Bruto (em %)



Elaborado com base em: FMI, 1997; Banco Mundial, 1998, 2000; IFRI-Ramses.
Fonte: Beinstein (2001)

A Figura 2 mostra que também o clube dos sete maiores países do mundo encontra-se inserido na mesma crise de longa duração - com cerca de 40 anos - o que já nos sugere a idéia não de uma crise cíclica de duração limitada, como as antecedentes estudadas por Mandel (1990), mas de uma crise *estrutural* como a compreendem autores como Mészáros (2002), Chesnais (1999) e o próprio Beinstein (2001), entre muitos outros.

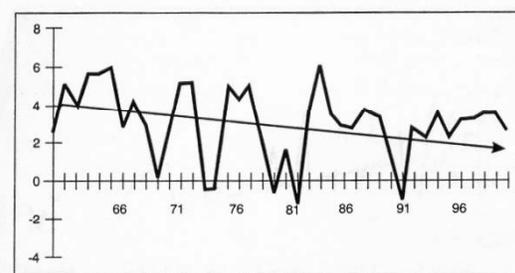
FIGURA 2 – Taxas de crescimento do PIB real do G7 (em %)



Fontes: Beinstein (2001), utilizando dados do OCDE; IFRI-Rames; CPE.

A figura 3 revela a mesma tendência de queda sistemática e persistente da maior economia do planeta, a economia norte-americana. O gráfico mostra que o movimento de queda do produto dos EUA já atinge cerca de quatro décadas - e que, como corolário, o *boom* experimentado pela economia norte-americana, entre os anos de 1991 e 1999, o qual vinha sendo dado por ideólogos do capitalismo norte-americano como uma tendência geral e definitiva, não passa de mais um *boom* de cerca de oito anos situado num processo da mesma crise sistêmica, sincronizada e estrutural de longa duração.

FIGURA 3 – Taxas de crescimento do PIB real dos Estados Unidos 1961-2000* (em %)



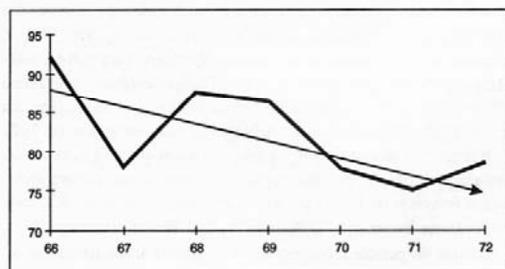
* - Crescimento real do PIB no ano 2000: estimativa da OCDE (OCDE, 1999).

Fontes: Beinstein (2001), utilizando dados da OCDE, 1998 e 1999; IFRI-Ramses 98; CPE, 1999

O leitor pode verificar que, não obstante pequenas variações, que respondem por circunstâncias de cada país, a estrutura da crise é, no geral, uma só. Pode observar, com efeito, que, nos três gráficos, existem movimentos de ascenso que se assemelham, como os de 1960 a 1970, 1971 a 1981 ou 1982, 1982 a 1988 ou 1990 e o de 1991 a 1999, da mesma maneira que existe uma certa semelhança nos movimentos recessivos que aconteceram entre tais *booms*. Estas semelhanças não se dão obviamente por acaso; antes, são testemunho das diversas modalidades de regularidades médias inerentes às crises, entendidas como expressões de leis sociais objetivas.

A Figura 4 nos faz perceber um fato da maior importância, o de que o acúmulo de uma capacidade ociosa na economia dos EUA já acontece por mais de 30 anos - isso sem contar com a que está sendo acentuada nos mais recentes movimentos de crise da economia norte-americana. Margem ociosa da capacidade industrial instalada de uma economia é sinônimo de superprodução. Este nível de ociosidade chegou, no ano de 1971, a cerca de 25% da capacidade industrial instalada da economia norte-americana.

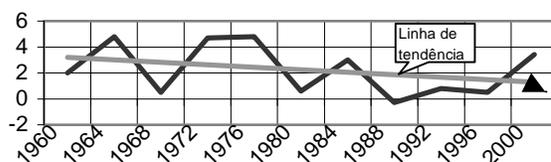
FIGURA 4 – EUA, evolução da utilização da capacidade industrial entre 1966 e 1972 (em %)



Fonte: Beinstein (2001), utilizando dados de *Business Week*-Mandel, 1978.

A Figura 5 (Beinstein, 2001), mostra outra tendência definitiva na configuração de uma longa crise de superprodução: a desaceleração persistente da produtividade do trabalho por cerca de 40 anos seguidos. Agora bem, se combinarmos as revelações que esses diversos gráficos nos fazem, chegaremos à ineludível constatação de que de fato o mundo experimenta uma crise capitalista de longa duração, muito distinta das crises cíclicas anteriores.

FIGURA 5 – EUA, desaceleração da produtividade da mão-de-obra
Aumento anual (em %) da produção real por hora de trabalho no conjunto da economia privada norte-americana, 1960-2000

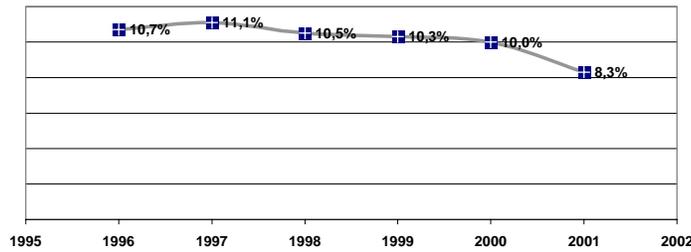


Fonte: US Bureau of Labor Statistics, 2000

Movimentos de queda do produto-valor, combinados com aumento da capacidade ociosa da economia e com desaceleração sistemática da produtividade, só podem dar um único resultado: queda da taxa de lucro, que é, ao fim e ao cabo, o que nos é revelado pela Figura 6, referente aos EUA, mas que deve estar sendo repetido pela maioria das economias capitalistas do mundo e com a economia capitalista mundial *globalizada*. Daí porque o movimento econômico que vem dos finais dos anos 60, passando pelos anos 70, até os dias atuais, quando a crise ganha mais corpo e profundidade, não é um movimento composto de várias crises cíclicas de superprodução, mas o de uma única e monumental crise de superprodução que acabou se soldando com uma também monumental crise financeira para constituir-se numa única, prolongada e universal *crise estrutural*. É, em uma palavra, a to-

talidade da economia mundial que sofre, por todo esses anos, o caráter de uma única crise de superprodução conjugada a uma crise financeira.

FIGURA 6 – Evolução da taxa de lucratividade das empresas não financeiras (em %)



FONTE: FOLHA DE S. PAULO-B4-DINHEIRO-21/07/2002

A economia dos “países emergentes”

“Não basta, então, admitir que a industrialização latino-americana é capitalista. É necessário, também, convir que a industrialização capitalista na América Latina é específica e que sua especificidade está duplamente determinada: por seu ponto de partida, as economias exportadoras capitalistas nacionais, e por seu momento, o momento em que o capitalismo monopolista se torna dominante em escala mundial, isto é, em que a economia mundial capitalista já está constituída. É a esta industrialização capitalista que chamamos retardatária” (Mello, 1991, p.98).

Este mesmo viés de análise, guardadas as devidas diferenças no que diz respeito aos específicos modos de produção e respectivas formações sociais pré-capitalistas de muitos países, outrora chamados de “subdesenvolvidos”, é o que nos parece convir para analisar aspectos fundamentais daquilo que, com um indisfarçável eufemismo, hoje se chama de “países emergentes”. “Subdesenvolvidos”, “periféricos”, “atrasados” ou “emergentes”, a realidade desses países é uma só: são países nos quais a industrialização capitalista se fez tardiamente, isto é, a partir, com variações, do início aos meados do século XX - quando os chamados “países centrais”, que passaram pela acumulação primi-

tiva, pela revolução industrial e pelas revoluções políticas, inauguraram e consolidaram o modo de produção capitalista entre os séculos XVII e XIX.

Muitos desses países nem chegaram a industrializar-se, ou seja, nem conseguiram lograr um estágio que lhes capacitasse o ingresso no semi-seleto rol dos chamados “emergentes” (“Tigres Asiáticos”, Egito, Iraque, Malásia, Índia, Brasil, Argentina, México, etc.). Ao invés de “emergirem”, naufragaram nas suas tentativas iniciais de industrialização, tragados tanto pelas limitações de seus pontos de partidas - em geral a condição de colônias -, como pelo momento de sua inserção no âmbito da voraz exploração capitalista monopolista mundial, já estabelecida e paramentada pelos seus capitais e pelas suas instituições mundiais (FMI, BIRD, etc.). O exemplo mais eloqüente disso está na maioria dos países africanos, que foram despedaçados antes de terem podido alçar qualquer vôo no terreno da industrialização capitalista. Outros, como boa parte dos países latino-americanos, permaneceram, em face dos mesmos bloqueios, apenas no umbral, sem ultrapassá-lo, da condição de “emergentes”. A escassa industrialização capitalista que alcançaram foi e é, de todo modo, insuficiente. Outros, enfim, lograram, não obstante se depararem com os mesmos bloqueios, se içar à condição de “emergentes”, situação esta que lhes valeu uma relativa industrialização, a qual, ao cabo de umas cinco a seis décadas, como aconteceu com a Argentina e outras nações de porte semelhante, começa a se esgarçar de maneira contundente.

As economias desenvolvidas iniciaram seu desenvolvimento entre os séculos XVIII e XIX, aumentando sua capacidade produtiva, seu mercado (externo e interno) e seu exército de trabalhadores ativos num movimento em escala mundial. Contaram, já na crise do feudalismo, com uma enorme reserva de portadores de força de trabalho (servos da terra e artesãos) que puderam ser transformados, à base da acumulação primitiva, em trabalhadores capazes de operar na manufatura e, logo mais, na fábrica, com a maquinaria e, assim, oferecer as

condições para a extração da mais-valia convertível em capital e para constituírem um amplo mercado consumidor interno. Abriram, a partir daí, o movimento da acumulação e do mercado, para fora das fronteiras internas, num movimento inicial e decisivo de mundialização. Com colônias e mercados externos dominados, os hoje países desenvolvidos terminaram por ocupar os centros vitais do mercado mundial, os quais já se encontravam diligentemente ocupados quando os “emergentes” - e os que não “emergiram” - tentaram desfrutar desses mercados. Por terem saído na frente é que os hoje países desenvolvidos puderam atravessar cerca de três séculos até serem alcançados pela atual crise estrutural.

A situação dos “atrasados”, “subdesenvolvidos” ou “emergentes” é bem outra. Não puderam encontrar massa similar de trabalhadores assalariados no espaço interno - por isso, ao invés de procederem a uma acumulação primitiva, tiveram de importar trabalhadores assalariados quando passaram de economias coloniais para economias capitalistas exportadoras. Também não puderam constituir um mercado interno e nem, muito menos, um mercado externo do qual seus excedentes realizados pudessem retornar, na forma de capital-dinheiro, para impulsionar a valorização interna do valor - um processo de acumulação ampliada de capitais no âmbito interno. No caso das “emergências” embrionárias da América Latina:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, (...), o modo de produção capitalista se torna dominante na América Latina. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência das bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção. Abre-se, portanto, um período de transição para o capitalismo. (Mello, 1981, p.96).

É, pois, com esta base estreita que os países, no caso, da América Latina, berço de alguns dos “emergentes” - e dos que não lograram “emergir” - mais importantes e problemáticos do mundo nos dias a-

tuais, foram lançados apenas algumas décadas depois, no processo de industrialização capitalista.

Essas economias, ao se industrializarem escassa e tardiamente, esbarraram num restrito mercado interno, herança da fase anterior, numa acentuada desigualdade na distribuição sócio-espacial das condições materiais e sociais de uma acumulação industrial capitalista (esta estrutura espacial desigual das referidas condições também constitui uma herança das fases anteriores, desde a colonial) e, também, num mercado externo, no qual teriam de despejar seus excedentes industriais, todo ocupado. Por outro lado, por terem tentado industrializar-se tardiamente, por volta do primeiro quartel até meados do século XX, já encontraram pronta a tecnologia de ponta nas mãos dos países desenvolvidos, o que as obrigou a produzir, em média, a níveis de produtividade/competitividade muito mais baixos (tanto no plano do mercado externo quanto no do interno) nas referidas condições de um mercado mundial ocupado e do qual só lograram ocupar as franjas. Some-se, a tudo isso, o fato de possuírem uma massa de trabalhadores diminuta e mal paga, agravada por conta de elevadas taxas de mais-valia, uma vez que já foram assaltadas de vez, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, por grandes capitais monopolistas. Desta maneira, os países que se industrializaram tardiamente tinham reunido, contra si, com seu modo de industrialização, todos os pressupostos para uma situação crônica de capacidade ociosa a partir de certo ponto - capacidade ociosa esta que terminou por pegar, com a atual crise estrutural, também as grandes economias do mundo. Mais atrás afirmávamos que, por terem saído na frente, os países avançados puderam atravessar cerca de dois a três séculos para se envolverem numa crise estrutural. Agora, é preciso completar: por terem saído muito atrás - e nas condições descritas - é que os países de industrialização tardia foram envolvidos pela crise sistêmica e estrutural apenas depois de algumas décadas de industrialização capitalista. Com efeito, enquanto que, no caso dos primeiros, como nos foi revelado por Mandel (1990), aqueles países puderam conhecer dezenove crises cíclicas e uma crise estrutural (a atual), os segundos, dado ao curto es-

paço de tempo de sua industrialização, experimentaram poucas crises cíclicas e uma crise estrutural de superprodução. O Brasil, por exemplo, só conheceu duas grandes crises de porte: a cíclica de 1962/67 e a estrutural, das últimas décadas.

Este patamar básico facilitou crises de superprodução mais desastrosas nos “emergentes” e nos “atrasados” em geral, do que nos países desenvolvidos. Se tais países só começaram a se industrializar e a entrar, industrialmente (antes eram fornecedoras de produtos primários), na sincronização capitalista mundial, entre os anos 30, 40 e 50, eles só tiveram tempo, nestes seus cerca de 50 a 70 anos de industrialização, de conhecer algumas poucas crises cíclicas de superprodução até que foram envolvidos pela crise sistêmica e estrutural iniciada em 1974/75, crise esta que os envolveu, com força mortífera, no seu perverso vórtice - do que resultou um amplo processo de sucateamento e desindustrialização (na maioria dos países) acompanhados das taxas de desemprego e de miséria mais elevadas do mundo.

TRAÇOS COMUNS NA RECENTE TRANSFORMAÇÃO

Efeitos gerais

A “globalização” não é, para nós, um estágio inteiramente novo e nem, portanto, desvinculado do anterior e longo processo de mundialização das relações, formas e forças da produção capitalista à escala planetária. Ela é, a um só tempo, continuidade e ruptura de toda evolução que a precedeu. De um lado, o que se chama atualmente de “globalização” é o estágio mais avançado da mundialização da produção e da circulação capitalistas, vale dizer, a conclusão, agora, à escala e na total horizontalização mundial, da definitiva supremacia e dominação do modo de produção capitalista sobre todas as demais formas remanescentes de produção.

De outra parte, este cerco, que constitui uma inequívoca e irreversível totalidade internacional, acontece num momento em que os

fluxos econômicos, financeiros e os emitidos pelos meios de comunicação se deslocam a uma velocidade inusitada. O que significa dizer que para algumas atividades econômicas, cujo peso específico cresce no conjunto da economia capitalista global, sobretudo para aquelas que são produzidas e rotadas através da mídia (com destaque para os fluxos e as operações mercantis que já circulam através da *Internet*), foram encurtadas em grande medida nos seus tempos de produção e circulação – na rotação de seus capitais, portanto.

Este estágio da economia numa escala mundial contém em seu bojo um processo avançado de repartição do processo produtivo, uma flexibilização do mercado de trabalho e um enxugamento do papel dos Estados no fomento ao processo de desenvolvimento. Tais características articuladas e seqüenciadas trazem repercussões significativas na espacialização das atividades econômicas, também numa escala mundial. E mais, isso ocorre num clima de alta competitividade entre as unidades de produção, dentro dos momentos da produção e da circulação de mercadorias, acentuando sobremaneira as disputas entre lugares, independentemente da sua proximidade, mas dentro de uma lógica de caminhos mais produtivos e encadeados internacionalmente por vias diversas (rodovias, hidrovias, transporte marítimo, aéreo e infovias).

Tais características trazem resultados espaciais distintos dos ciclos anteriores do capitalismo, notadamente aqueles caracterizados pelas economias regionalizadas no interior dos Estados nacionais que formavam redes de cidade e de metrópoles nacionais, hierarquizadas. As atuais relações de complementariedade e de competitividade entre lugares resultaram, com a abertura das fronteiras entre os países, numa ampliação em escala global de atividades econômicas de maior peso e de uma redução relativa dos lugares e dos caminhos globais mais densos de produção e de passagem das mercadorias, de capitais e de pessoas. A flexibilização da produção induz a que hajam migrações estratégicas de algumas unidades espaciais de produção dos países ri-

cos para os pobres (setor automotivo, por exemplo) e à tendência a concentração nesses países (ricos) de atividades de inovação e de controle. Os meios de comunicação e de transporte dão fluidez aos caminhos estratégicos e os Estados deixam o mercado definir seus contornos de maneira a encontrar os caminhos-espacos que possibilitam menor tempo de rotação de capitais, independentemente de situar-se nesta ou naquela metrópole ou neste ou naquele local, dentro de cada metrópole. A diferenciação importante passa a ser a capacidade instalada de elementos de infra-estrutura, aliada à densidade de fluxos econômicos e à presença de pessoas qualificadas para operar o processo. Isso, evidentemente, ocorre nas metrópoles dos países ricos.

Tal velocidade de rotação e liberdade de circulação amplia as relações entre lugares interligados, interconectados, como se estivesse reduzindo as suas distâncias físicas, ao tempo em que reduz as relações com outros lugares, que se tornam marginais ao processo. Tal realidade retira a “homogeneidade” anterior das cidades, regiões, metrópoles, etc., e desenha nódulos dentro de cada um desses territórios, que se conectam com outros nódulos de territórios distantes, onde cada um pode funcionar como parte de uma cidade que se completa em outros continentes, ou como uma pequena cidade desconectada de outras parcelas do território urbano contíguo.

Os efeitos desse processo, no entanto, se fazem sentir em escala global, mundial, mas eles têm repercussões diferenciadas em função do porte da metrópole, em função do seu papel na hierarquia da rede de cidades mundiais e regionais, em função da configuração histórica, dado o perfil e o porte das suas atividades econômicas, etc.

A metrópole dos países pobres

Existem especificidades na constituição das grandes regiões metropolitanas dos países latino-americanos, sejam esses países “atrasados”, “semi-emergentes” ou, como México, Argentina e Brasil, “emergentes”. Porém, antecedendo a essas especificidades, existem tra-

ços estruturais comuns entre as lembradas regiões metropolitanas. Esses traços estruturais comuns não existem por acaso e nem foram formados por condições e circunstâncias fortuitas. É preciso compreender que são traços que derivam, em última e fundamental instância, da *industrialização tardia* e da imbricação de suas estruturas industriais *na longa crise estrutural mundial atual*. A primeira causa é histórica - deve-se ao modo de produção que prevaleceu, deixando marcas indeléveis, nas origens coloniais desses países - a segunda deve-se a uma conjuntura de profunda crise, a presente, que também possui uma base estrutural. Sem esses parâmetros a análise comparativa das regiões metropolitanas desses países torna-se abstrata - de modo que, sem cairmos numa comparação mecânica, tomaremos esses parâmetros como ponto de partida para a inspeção teórica tentada a seguir.

Já foi dito, mais atrás, que esses países não lograram, nem durante o período em que prevaleceu o trabalho cativo, nem no que dominou o trabalho assalariado (para uma produção exportada), reunir as bases materiais e sociais para uma industrialização endógena e iniciada mais cedo - e que, portanto, a industrialização que viriam experimentar tardiamente seria, necessariamente, socialmente restrita e de curta duração. Desta mesma origem advém um outro traço: a industrialização tardia seguiu, marcadamente, os passos espaciais herdados dos períodos anteriores - vale dizer, foram implantadas em torno das poucas cidades que reuniam as condições técnicas e sociais (portos, armazéns, frigoríficos, bancos, sede de governo e densidade populacional) para a exportação de produtos primários, estando aí as bases iniciais para o que vieram a ser, depois, as regiões metropolitanas do período de industrialização tardia. Nos demais espaços regionais, nos quais essas bases inexistiam, onde, portanto, predominava o vazio econômico ou apenas uma agropecuária de subsistência, praticamente nenhum processo de industrialização posterior foi possível. Tais regiões ficaram marcadas como fontes de envio de parques excedentes e grandes contingentes de população para as “capitais” (que concentraram a restrita industrialização tardia) - daí resultando o fato sobeja-

mente conhecido de existência, nesses países, de um interior pouco denso e pouco urbanizado, no contraponto de uma ou de apenas algumas metrópoles que lograram industrializar-se tardiamente: cidades de México (uma das mais populosas do mundo), Guadalajara e Monterrey no México; Havana, em Cuba; Guatemala, na Guatemala; Buenos Aires, Córdoba e Rosário, na Argentina; La Paz, na Bolívia; Santiago, no Chile; Bogotá, Medellín, Cali e Barranquilla, na Colômbia; Assunção, no Paraguai; Lima, no Peru; Montevidéu, no Uruguai e Caracas, Valencia e Maracaibo, na Venezuela.

Uma das exceções é o Brasil, país de dimensões continentais que pôde reunir, em tempos distintos, mais de uma atividade primário-exportadora: borracha na Amazônia, açúcar no Nordeste, minérios no Centro e café no Sudeste - daí a formação de um número maior de cidades de médio porte e uma, São Paulo, que figura, também, entre as maiores cidades do mundo: Manaus, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. A industrialização tardia conseguiu agregar algumas cidades de porte (Fortaleza, Brasília, Curitiba, Campinas e outras cidades do estado de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, do Rio de Janeiro, etc.) mas, como o alcance e a duração desta industrialização foram limitados, esses centros urbano-industriais foram de menor monta e começam a sofrer contração estrutural e graves problemas sociais no âmbito da crise estrutural.

Já se disse também, nas partes anteriores, que a taxa de exploração do trabalho, imposta por estruturas monopolistas que foram implantadas abruptamente nesses países de industrialização tardia e incipiente, foi muito alta e que isso redundou num agudo processo de concentração da renda e centralização de capitais, daí resultando uma super-oferta de trabalhadores, com as migrações internas (interior-capitais) e a reprodução da população, salários aviltados e elevados níveis de desemprego e de miséria social - características estas que vieram concentrar-se nas posteriores regiões metropolitanas e num mais alto nível de desemprego e pobreza dessas populações metropolita-

nas, quando, a partir dos anos 80, a atual crise estrutural começou a sucatear a estrutura industrial implantada tardiamente. Este sucateamento atinge também as capitais, as poucas cidades de porte e suas respectivas regiões metropolitanas.

Nestes fatos residem as causas de alguns traços constitutivos atuais das grandes metrópoles latino-americanas: em primeiro lugar, merece destaque uma profunda cisão urbana que dispõe as classes sociais nestas cidades em duas formações antagônicas, entre as quais impera a segregação - de um lado, a cidade dos ricos, seletiva e disposta com verdadeiras muralhas de Tróia, de outro, um farto cinturão de favelas e tugúrios onde impera a exclusão social, a violência, o tráfico de drogas, a ausência das mínimas condições de educação, saúde, etc.; além disso, uma outra cisão igualmente fundada: a cidade da produção e do comércio de ponta, para a qual a circulação urbana e as atenções governamentais (com infra-estrutura, etc.) fluem, e a cidade da pouca ou nenhuma subsistência - sendo que a “cidade de ponta”, na maioria das vezes, liga-se diretamente aos centros econômicos mundiais antes de integrar-se endogenamente; por último, convém lembrar uma outra cisão no seio das próprias regiões metropolitanas; no centro delas, reina sempre a metrópole munida de indústrias, sistemas bancários, sedes de governo, universidades e demais serviços e, na periferia dessas metrópoles, distribuem-se dezenas de pequenas cidades também tributárias da metrópole - que não passam, por sua vez, de cidades-dormitórios com precárias condições de sociabilidade.

Assim, é importante salientar que o *modo de organização do espaço* (inclusive do *metropolitano*) encontra suas razões e lógica fundamentais no *modo de produção*, no *estágio* em que se encontra esse modo de produção e como ele mesmo *se articula* a uma economia mundial *globalizada* e no dorso de uma *crise estrutural*.

CONVERGÊNCIAS POR ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS

Renda, mercado de trabalho e o meio social

De uma maneira geral, há uma concordância entre todos os autores selecionados para este trabalho comparativo, quanto ao fato de que a nova dinâmica econômica, regida pela desregulamentação e a flexibilização da relação salarial e a intensificação da segmentação do mercado de trabalho, tem como consequência a tendência de polarização social dentro das metrópoles. Isso é posto nos diversos trabalhos de pesquisa, porém apenas em alguns o fato é demonstrado com dados estatísticos, enquanto que em outros a constatação tende a ser comprovada do ponto de vista teórico ou buscando apoio em citações de trabalhos similares.

Identifica-se a tendência de precarização da estrutura de ocupações na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP, onde o assalariado com carteira e o emprego público passaram a responder, em 1996, por 51,6% dos postos de trabalho, percentual inferior ao observado nos anos anteriores; ao lado disso, o trabalho autônomo e o assalariamento sem carteira ganharam participação, passando de 29,7% para 31,3%, entre 1995 e 1996 (Martins, 1999). Ainda, na mesma cidade de São Paulo, a ocupação caiu de 56% em 1988 para 51,7% da PIA em 1998; o desemprego saltou de 8%, em 1991, para 17% em 1998; o trabalho assalariado caiu de 70,7% para 61,2% e o trabalho autônomo cresceu de 15,8% para 20,8% da ocupação (Pasternak; Bógus, 2001). Em Caracas, Venezuela, a tendência é a mesma: em 1987, a renda média domiciliar mais alta era 17 vezes maior do que a renda domiciliar mais baixa e, em 1988, essa relação elevou-se a 123 vezes, o que reflete a intensificação da pobreza (Cariola; Lacabana, 1999). Trabalhando com o mesmo tema, chegando a idêntica constatação, embora divergindo sobre o seu caráter (dualidade ou desigualdade), o trabalho de De Mattos (1999), sobre Santiago do Chile, constata o contrário: uma queda do nível de pobreza, entre 1990 e 1998, onde os índices se

reduziram de 38,6% a 15,4% da população regional e a indigência caiu de 9,6% para 3,5% - embora o autor complete que, apesar disso, houve uma elevação da população, em termos absolutos, e a região ainda concentra a maioria dos pobres do país, situação que leva a um mapa de segregação, à existência de guetos urbanos, tanto para ricos como para pobres.

Como resultado desse processo, os pobres se alojam de forma cada vez mais distante, na periferia, porém a distância é também socioeconômica, segundo Hiernaux (1994), comentando a situação da cidade do México. O desemprego, notadamente o juvenil, se alastra, elevam-se os fenômenos da circulação e do consumo de drogas, conflitos sociais e delinquência, aumentando também a insegurança social, provendo uma “ciudad acosada, atemorizada, vigilada y enrejada...” - o que leva a que certas áreas residenciais se transformem em verdadeiras fortalezas urbanas (De Mattos, 1999). Isso dificulta a integração metropolitana, representando uma perda da identidade social-urbana, gerando uma “cidade atomizada” e de “estilos culturais associados a transgressão” (Cariola; Lacabana, 1999). Observa-se a constituição de uma sub-cultura, a cultura da urbanização da pobreza, sem que se tenha consciência da cultura de uma cidade ou de uma metrópole e onde os laços de união ocorrem através do “consumo de imagens pela televisão, pela músicas, modas, etc. (Hiernaux, 1999).

Espaços das habitações

A fragmentação sócio-territorial das metrópoles parece ser um dos aspectos de maior convergência entre todos aqueles pesquisados nas metrópoles latino-americanas, notadamente enquanto espaços distintos para as famílias de renda mais elevadas e as famílias mais pobres. Alteram-se apenas os nomes, porém o processo encontra similitude em todos os casos estudados. Os bairros habitacionais ficam isolados, segregados em verdadeiras muralhas, criando uma cidade com “aspecto labirinto, própria de cidades pós-modernas”. O isolamento

de bairros de renda alta é antigo, mas alcançou um formato extremo, onde o acesso é exclusivo a determinadas pessoas e com transporte particular, porquanto o transporte público não alcança tais assentamentos (Hiernaux, 1999). Os condomínios fechados são objetos utilizados para atrair as classes de rendas mais elevadas, através da simbologia de um modo de vida ligado ao verde e à segurança, signos do consumo e de “*una lógica del status, del prestigio social y de la diferenciación*” (Valdés, 1999). São áreas de grandes dimensões, dentro ou na periferia das cidades, onde se constituem condomínios de alto custo de manutenção, cercados com muros e guaritas com vigilantes, de acesso restrito aos moradores e visitantes, oferecendo áreas comuns destinadas ao lazer, educação, saúde, etc, em certos casos com um sistema viário independente da cidade, porém apresentando grande acessibilidade regional e urbana (Valdés, 1999).

Tais áreas podem ser chamadas de *countries*, condomínios fechados, etc, embora sejam denominações distintas para tratar de um único processo de segregação urbana.

Equipamentos comerciais e de serviços

Talvez sem a mesma intensidade da convergência sobre o entendimento da segregação sócio-territorial para as atividades de habitação, há uma identificação clara da presença de uma re-espacialização das atividades comerciais e de serviços nas metrópoles. De uma maneira geral, pode-se identificar, em todos os estudos efetuados, a radicalização na dimensão e na qualidade dos equipamentos, variando dos extremos daqueles de grande porte, ligados à rede internacional de comercialização e localizados estrategicamente na metrópole, e a disseminação de equipamentos de pequeno porte, convivendo com a informalidade, localizados em várias partes da cidade, notadamente nos centros antigos, nas suas periferias ou disseminados nos bairros de renda média e inferior.

De Mattos (1999) denomina de “artefatos da globalização” os núcleos planejados de atividades empresariais, os centros comerciais diversificados e/ou especializados, os hotéis 5 estrelas e recintos para conferências e eventos e os ambientes de multiplex ou complexos de salas cinematográficas, etc., protegidos e segregados. Por sua vez, Hiernaux (1999) reconhece uma evolução recente desse processo na Cidade do México, onde, após construir os centros comerciais fordistas, ao estilo americano – *mall*, com uma “arquitetura pouco satisfatória”, hoje esses novos centros de “gente bem”, os vencedores da globalização, são edificações menos espaçosas, com garagens e mais centros de luxo, com arquitetura pós-moderna, sem necessariamente ter a presença de grandes lojas. São equipamentos localizados nas periferias das metrópoles, nas proximidades de grandes vias de tráfego e de bairros de renda elevada e de centros de serviços, o que os leva a ter uma grande capacidade de reestruturação urbana e metropolitana.

Por sua vez, no outro extremo, há uma proliferação de pequenos comércios, pautados em estratégias de subsistência, que constituem oportunidades de emprego para grandes contingentes saídos do trabalho formal (Raposo; Romero; 1999). Hiernaux (1999) completa o processo alertando para o fato de que comércio informal bloqueia a cidade e a insegurança se alastra, mas que, durante a noite, a antiga área central da Cidade do México vem sendo transformada em noites alegres para os jovens (“antros”), em bares e restaurantes instalados nos casarões da outrora moradia da burguesia mexicana.

Em síntese, a profunda diversificação de cada classe de terciário multiplica atividades e beneficia a proximidades entre algumas, enquanto que outras se dispersam. Como consequência, o terciário penetra em todos os assentamentos residenciais e provoca uma heterogeneização do uso do solo (Bono *et al*, 1999).

Espacialidade metropolitana

Por se tratar de um corte complexo, que envolve variadas abordagens e análises, porquanto as especificidades regionais podem trazer diferenças entre as realidades das metrópoles latino-americanas, pode-se afirmar que não é difícil encontrar convergências entre os eventos identificados nas pesquisas realizadas e tomadas como referência para este trabalho. Se nos esquivarmos dos aspectos em que alguns fatores locais podem mascarar os fatos ou desviar a atenção, além daqueles em que os métodos diferenciados de montagem de indicadores entre os países latino-americanos impedem comparações, podemos encontrar traços fundamentais na espacialização das metrópoles estudadas.

Há uma constatação que permeia todas as análises, qual seja a de que o estímulo das políticas de liberação e de desregulamentação, a evolução do transporte e das comunicações e os avanços da informática, as metrópoles cresceram num movimento centrífugo, se expandiram na direção das vias estruturais que as ligavam a outras regiões do país e de outros países, estimulando uma sub-urbanização, tanto das atividades produtivas como das habitações, resultando numa cidade-região ou região-cidade, de morfologia policêntrica e absorvedora de cidades pequenas das suas periferias (De Mattos, 1999; Cariola; Lacabana, 1999; Porto; Carvalho, 1999).

É evidente que não se trata de um fato novo, porquanto as cidades se desenvolveram sempre às custas de uma espacialização diferenciada (Pasternak; Bógus, 2001). Porém, o que tem se tornado agudo é o processo de descentralização com segregação, repartição, desagregação social, com um crescimento agora em três dimensões, onde a verticalização das ilhas de excelência se articulam, dentro e fora da metrópole ou do país, com intensidade mais elevada do que entre essas ilhas e outras áreas da própria metrópole. (Porto; Carvalho, 2001).

Disso resulta a necessidade de uma elevada mobilidade intraurbana, com altas taxas de motorização da população; o transporte público torna-se cada vez mais carregado, complexo, modifica-se e se

alonga para as novas áreas de expansão da cidade, mudando os valores do solo e das propriedades. Por outro lado, deterioram-se os espaços centrais e tradicionais, atraindo atividades econômicas de menor porte e migrantes de baixos níveis de renda à procura por habitações (Raposo; Romero; 1999).

Gestão metropolitana

À fragmentação sócio-territorial metropolitana, também corresponde uma fragmentação da gestão local e uma concentração do controle de grande parcela da economia mundial. São resultados distintos, causados pelo mesmo fenômeno, explicado pelo já estudado estágio de desenvolvimento da economia capitalista em escala mundial.

De um lado, há uma repartição funcional da metrópole que demanda intervenções diferenciadas em porte e qualidade das ações; de outro, existem cortes administrativos no âmbito dos governos que levam a visões fragmentadas de políticas públicas. Com a privatização dos serviços públicos, os distintos territórios passaram a ser geridos por diferentes empresas, com interesses quase sempre distintos. Tal complexidade de fatores leva a que a gestão também se fragmente sócio-territorialmente.

Por sua vez, a metrópole assume novos poderes, novas relações e uma nova dinâmica que lhes confere atribuições importantes nas relações econômicas numa escala mundial, dependendo do seu grau de hierarquia na rede mundial de cidades.

Em geral, tais atribuições são identificadas a partir de métodos de planejamento em que se reconhecem as relações e os caminhos mais importantes para dar fluidez às mercadorias, pessoas, informações e capitais, em escala regional e global. Identificam-se as intervenções que podem conferir elementos expressivos de dinamismo e modernidade nas cidades (Bienenstein, 2001). A convergência das políticas para a condução do desenvolvimento tem a combinação entre os agentes locais, regionais e internacionais, embora efetivada em pontos

do território, onde busca-se melhorar a imagem (maquiagem) urbana, para fazê-la mais competitiva na atração de novos investimentos (De Mattos, 1999).

IMAGENS DA METRÓPOLE

Da totalidade de reflexos comuns identificados em todos os trabalhos analisados, do ponto de vista de um corte por atividades socioeconômicas, digamos um corte longitudinal, é possível agregá-los em um conjunto de fatores capazes de expressar e caracterizar a metrópole, com seus traços convergentes. Mas é possível também dar um corte transversal que unifique os conceitos e defina uma metrópole comum, geral, embora não se possa afirmar que tais conceitos sejam capazes de explicar o porte e a intensidade em que isso venha a ocorrer, em cada uma das metrópoles. As nuances carecem de aferição individual, para captar as especificidades. Também não é possível afirmar se tais reflexos foram efetivamente justificados com pesquisas diretas, com dados estatísticos, ou se foram deduções obtidas a partir de análises de cunho teórico, resultado de trabalhos realizados em cada país, ou, ainda, se constituem rebatimentos regionais de abordagem teóricas obtidas a partir de uma análise de cunho mundial. Em vários trabalhos isso não foi apresentado de forma clara, embora possamos afirmar que a grande maioria dos reflexos identificados apresentem consistência de cunho teórico e são sustentados estatisticamente, o que permitiu convergir para identificar o fato de que **as metrópoles são desagregadas socialmente, concentradas economicamente e fragmentadas espacialmente.**

Desagregação social

É a imagem de uma metrópole formada por guetos habitacionais; por uma desintegração metropolitana do ponto de vista social e cultural, que cria um sentimento de grupamentos sociais isolados, ligados através de simbologias grotescas e uniformizadas pela mídia. Eleva-se o fenômeno do tráfico e consumo de drogas, os conflitos

sociais e a delinqüência, o que produz a insegurança social (De Mattos, 1999). É a metrópole da cultura global, articulada, “moderna e inovadora” dos guetos ricos e a cultura da pobreza, isolada, que induz a transgressão. É a metrópole repartida, dos vizinhos à distância, que se comunicam virtualmente entre suas fortalezas e os vizinhos que di-gladiam por pequenos espaços na busca da sobrevivência.

Concentração econômica

A concentração da riqueza e a precarização das relações de trabalho são fenômenos que extrapolam as análises das metrópoles latino-americanas e é largamente difundida na literatura internacional. Trata-se, portanto, de um movimento que ocorre em todas as cidades do mundo, embora se apresente com resultados mais dramáticos nas metrópoles mais pobres. As causas sócio-ontológicas disso já foram objeto de análise. Afora as discordâncias entre o caso de Santiago do Chile e as outras cidades e países estudados, parece haver uma convergência no fato de que há uma polarização nas relações de trabalho que cria, de um lado, oportunidades extremas entre os setores modernos e mais qualificados e, de outro lado, a marginalização dos setores mais tradicionais, menos qualificados, com menor remuneração e de abrangência local. Isso repercute na metrópole, tanto na “guetificação” dos espaços habitacionais, já referidos, como na qualificação das atividades comerciais.

A metrópole contém dois movimentos opostos, ocorrendo ao mesmo tempo e tendo causas comuns. Por um lado, há uma tendência à concentração da riqueza, embora haja discordância quanto ao seu caráter: se dualidade ou desigualdade. Como o objetivo deste trabalho é encontrar os traços comuns, nos desviamos desta polêmica, no momento. Isso é expresso pela presença de grandes equipamentos comerciais e de serviços de porte moderno, no formato de “*shopping*” ou “*mall*”, comumente situados na periferia da mancha urbana, embora localizados nas proximidades dos grandes eixos viários regionais e não distantes de novas manchas habitacionais de famílias de renda elevada.

Por outro lado, observa-se a ocorrência de variadas unidades comerciais, ligadas ao setor informal ou a pequenos empresários, de caráter de subsistência, normalmente localizadas nas proximidades de bairros de renda média ou pobres.

Fragmentação espacial

Como decorrência dos movimentos socioeconômicos, a metrópole é constituída de movimentos que promovem: a periferação das faixas populacionais de baixa renda, o esvaziamento dos centros comerciais antigos, na maioria das vezes com grande valor histórico-cultural; uma nova morfologia urbana, baseada no policentrismo segregado. Esse conjunto de fatores leva a que uma metrópole desse tipo tenha que ser reconhecida como uma região-cidade ou uma cidade-região, com crescimento em direção à periferia e, ao mesmo tempo, verticalmente em torno das ilhas de riqueza e da modernidade.

Controle Territorial

As cidades concentradas economicamente, desagregadas socialmente e fragmentadas espacialmente, constituem os efeitos da sociedade capitalista, cujos reflexos atuais nada mais são do que a exacerbação de traços herdados de formações passadas que a industrialização tardia incluiu. Tais características vêm acompanhadas de novos procedimentos de conceitos de região, de controle e de gestão, notadamente de métodos de planificação, o que parece também constituir-se um traço comum entre as metrópoles latino-americanas.

A espacialização da economia alterou os conceitos de regiões, definidas por uma homogeneidade territorial de fluxos sociais e econômicos, com grandes afinidades internas, e, por outro lado, parece adotar caminhos e nódulos de interligação, capazes de definir pontos ou lugares que se articulam com grande intensidade, independentemente da distância. Tal constituição indica que existem pontos no território de uma metrópole que se articulam com outros pontos da

mesma metrópole ou com outros tantos pontos de outras regiões, com muito mais intensidade do que com um vasto território localizados na sua vizinhança.

Além disso, com o processo de privatização de serviços diversos, existem estratégias diferenciadas para territórios com limites também diferenciados. Há, portanto, uma diferenciação territorial, sob vários aspectos, assim como para cada caso existem gestões específicas para conduzir o desenvolvimento particularizado.

Esses aspectos, encontrados em todas as metrópoles analisadas, levam a que elas tenham um processo de fragmentação da sua gestão, uma dispersão da administração territorial, embora contenham uma tendência de concentração do controle regional, de um país ou de vários países. Tal complexidade vem impondo um processo de planejamento que articula e promove o **desenvolvimento dos caminhos mais importantes de produção e de circulação de capitais**, passando, do ponto de vista metodológico, de uma visão do planejamento normativo e abrangente de antes, para uma visão estratégica e flexível da era da globalização.

(Recebido para publicação em abril de 2003)
(Aceito em junho de 2003)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEINSTEIN, Jorge. **Capitalismo, senil - a grande crise da economia global**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

BIENENSTEIN, Glauco. Espaços metropolitanos em tempo de globalização. Produção e gestão de cidades no capitalismo contemporâneo: o exemplo do Rio de Janeiro, In: SEMINARIO DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES - RII, VI. **Anais...** Rosario – Argentina: Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas da Universidade Nacional de Rosario, 2001. (CD).

BONO, Nestor; LOPEZ, Isabel; CARRIZO, Silvana. El impacto urbano de la reestructuración económica y globalización. El caso de las actividades terciarias, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1998. (CD).

CARIOLA, Cecília; LACABANA, Miguel. Transformaciones en el trabajo, deferenciación social y fragmentación de la metrópoli: el Área Metropolitana de Caracas, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999. (CD).

DE MATTOS, Carlos. Globalización y metropolización en Santiago de Chile, lo que existía sigue existiendo, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999. (CD).

DE MATTOS, Carlos. Reestructuración del mercado metropolitano de trabajo y desigualdades sociales en el Gran Santiago: ¿hacia una ciudad dual? In: SEMINARIO DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES - RII, VI. **Anais...** Rosario, Argentina: Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas da Universidade Nacional de Rosário, 2001. (CD).

HIERNAUX, Daniel; Los frutos amargos de la globalización: Expansión y reestructuración metropolitana de la ciudad de México, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999. (CD).

MANDEL, Ernest. **A crise do capital**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1990.

MARTINS, Maria Lucia. São Paulo – Entre o patrimonialismo e o processo de reestruturação, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999. (CD).

MELLO, João Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 8.ed. São Paulo: Ed. Brasiliense; 1991.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo/Ed. da Unicamp, 2002.

RAPOSO, Isabel; ROMERO, Lidia. Atividades terciárias y nueva centralidad urbana: particularizando en la reestructuración de la actividad comercial y sus efectos en la formación del espacio urbano, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII, V. **Anais...** Toluca, México: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999. (CD).

RIBEIRO, L. C. Q. Metropolização, segmentação sócio-espacial e acumulação urbana: As forças da questão social no Rio de Janeiro, In: SEMINARIO DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES - RII, VI. **Anais...** Rosario – Argentina: Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas da Universidade Nacional de Rosário, 2001. (CD).

PASTERNAK, Susana; BÓGUS, Lúcia. São Paulo, uma metrópole desigual, In: SEMINARIO DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES - RII, VI. **Anais...** – Rosário - Argentina: Facultad de Ciencias Económicas y Estadísticas da Universidade Nacional de Rosário, 2001. (CD).

VALDÉS, Estela. La fragmentación urbana y los guetos de la riqueza: El caso del Country Las Delicias, In: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA REDE IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES – RII V. **Anais...** Toluca, Mexico: Universidad Autónoma Metropolitana, 1999 (CD).